

vergaros, reconhecidos, por ter dado à língua portuguesa uma das obras poéticas mais belas e inovadoras do século XX e do início do século XXI.

Marisa das Neves Henriques

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/2183-847X_6_23

FAIT ET FICTION. POUR UNE FRONTIÈRE

Françoise Lavocat

Paris, Seuil/Poétique, 2016.

619 páginas, ISBN 978-2-02-124271-3.

Em entrevista concedida a Thomas Pavel, aquando da publicação de *Fait et Fiction* (<http://www.vox-poetica.org/entretiens/intLavocat2016.html>), Françoise Lavocat explica ao autor de *Univers de la fiction* (1986) o percurso da investigação que a conduziu, nos últimos anos, das bibliotecas universitárias de Paris, às de Kyoto e Chicago, resultando desse périplo a elaboração de *Fait et fiction*. Trata-se, como sugere, na esteira de outros trabalhos coletivos que dirigiu (*Usages et théories de la fiction. Le débat contemporain à l'épreuve des textes anciens (XVIe-XVIIIe siècles)* – 2004; *La Théorie littéraire des mondes possibles* – 2010), de um balanço e questionamento, de largo espectro, sobre a questão fundacional (pelo menos desde Aristóteles) representada no título do volume – a da ontologia das fronteiras entre facto e ficção, a da probabilidade teórica dessa(s) fronteira(s).

Afirmando, nessa mesma entrevista, que livros como o de Jean-Marie Schaefer,

Pourquoi la fiction (1999), ou o de Olivier Caïra, *Définir la fiction* (2011), marcaram decisivamente o pensamento sobre a ficção desenvolvido entre 1986 e 2016, a autora explica o seu ângulo específico de abordagem como forma de reação a muitos artigos publicados, nos últimos anos, onde se anuncia, como evidência explícita, que a fronteira entre facto e ficção se encontra paulatinamente abolida ou esbatida. Nesse sentido, o que se pretende defender, tendo como lastro teórico uma sùmula sòlida e interdisciplinar de leituras, é a ontologia plural da ficção e a necessidade cognitiva, conceptual e política de afirmar essas fronteiras, repensando-as no contexto plural da literatura, do cinema, do teatro, dos jogos de vídeo.

Enuncia, desde logo, a estudiosa das Arcádias romanescas do século XVI e XVII (*Arcadies malheureuses. Aux origines du roman moderne* – 2000) ser motivada a defender este seu ponto de vista, numa obra de mais de 600 páginas, dado existir um paradoxo óbvio entre o facto de a noção de ficção se ver ameaçada de extinção, nos nossos dias, ao mesmo tempo em que o cinema, as séries televisivas, os jogos de vídeo, os mundos em linha, os fenómenos de *cosplay*, criam sucessivos espaços de imaginação feéricos ou alternativos. Uma das mais-valias epistemológicas deste estudo, intuída desde o Prefácio, é, então, a da atualização dos conteúdos teóricos e pragmáticos, uma vez assumida a ideia da existência incontestável de um hibridismo essencial intrínseco à ficção:

“C’est bien au nom d’une conception des artefacts culturels sous le signe de la pluralité et de l’hybridité, inspirée par l’imaginaire des mondes possibles, que nous proposons de repenser les frontières de la fiction.” (p.12).

Adoptando uma posição de “diferencialismo moderado”, Françoise Lavocat estrutura o seu trabalho em três grandes momentos (ou Partes) – “Monismes contre dualismes”; “Cultures et croyances”; “D’un monde l’autre” –, através dos quais ilustra os seus objetivos, recorrendo, de modo expressivo e inteligente, a exemplos retirados de estéticas diversas (os textos barrocos – a que fatalmente regressa –, o romance japonês, as ucronias, os jogos de vídeo), olhados sob o *prima* multidisciplinar da teoria literária e da narratologia, da antropologia, da história, do direito, das ciências cognitivas. O modo como a reflexão evolui ao longo da estrutura simbolicamente dialética da obra (ainda que não seja explicitada como tal), deixa antever como a autora se posiciona, na esteira das afirmações prefaciais, distante de qualquer conceção autotélica da literatura, acreditando na relação entre os vários artefactos ficcionais e o mundo. As escolhas teóricas que fundamentam a concatenação lógica das três partes do volume decorrem da “viragem” (“*tournant*”) operada nas teorias da ficção, desde os últimos quinze anos do século XX – com Eco, J. Kendall Walton, Marie-Laure Ryan, Gérard Genette, Doležel, Dorrit Cohn, Käte Hamburger, Wayne Booth, Gregory

Currie –, não esquecendo a mudança de paradigma operada no estudo da ficção, ora pela análise de personagens como Mr Pickwick e Lara Croft, nos textos de Thomas Pavel e Jean-Marie Schaeffer, ora pela teoria dos mundos possíveis e desenvolvimento das ciências cognitivas. É para esta nova modelização das sensibilidades e para a consequente reavaliação do estatuto da ficção, como competência antropológica, que Françoise Lavocat chama a atenção ao longo das três partes da sua obra, sem deixar de aplicar aos seus considerandos, como em trabalhos anteriores, uma metodologia comparatista no tempo e no espaço – confronta-se o romance do século XVII com o romance e a cibercultura dos séculos XX e XXI, o Ocidente e o Oriente, não se insistindo voluntariamente no século XIX, por ter sido o mais trabalhado do ponto de vista dos mecanismos da ficção.

Compreende-se, atendendo às premissas enunciadas e às expectativas criadas pela crítica francesa, norte-americana e japonesa, relativamente a este novo livro de Françoise Lavocat, que os títulos de cada uma das três partes, assim como os dos diferentes capítulos, pressupõem uma maturidade especulativa sólida que se apoia na metáfora e nos jogos teórico-críticos que lhe estão subjacentes, como se o mote compositivo da ficção barroca permanecesse, desde *Arcadies malheureuses*, no horizonte interpretativo da autora.

Em “Monismes contre dualismes”/ “Monismos contra dualismos” (Parte

I), pretende Lavocat elaborar uma espécie de autópsia/balço e de genealogia teórica da história das relações complexas entre facto e ficção, passando em revista um conjunto significativo de correntes de pensamento que destacam ou esbatem fronteiras entre os dois universos, desde o *Grand Siècle* (onde as fronteiras entre história e ficção eram já insistentemente polémicas) até à contemporaneidade. Parte-se, como se explicita nas notas introdutórias, da análise crítica da noção de *storytelling*, para demonstrar *a posteriori*, tendo no horizonte especulativo Barthes, Ricoeur, White e Veyne, que a eventual rasura das fronteiras entre facto e ficção apenas se pode configurar no âmbito de contradições lógicas (o monismo contra o dualismo), constituindo, por si mesma, essa rasura, uma regressão epistemológica – a ficção entendida, no âmbito restrito, como “engano” ou “mentira”. Lavocat analisa, então, a origem desse “panficcionalismo”, tendo em conta, ora os limites impostos à teoria literária pela psicanálise lacaniana (“o real é impossível”) ou pelo grupo *Tel Quel*, ora, por outra ordem de razões, o pós-modernismo extremo e o seu hipotético projeto de desconstrução das fronteiras entre história e ficção. Ao associar o conceito de *storytelling* à história das relações entre História e poesia, a Parte I do volume tende a reforçar a existência de um dualismo entre a narração factual e a narração ficcional, valorizando, nessa argumentação, as teorias recentes liga-

das às ciências cognitivas que indicam a coexistência de emoções e avaliações morais paralelas, mas pertencentes a processos mentais e a memórias diversas. Daí que se coloque a tónica – o que constitui, igualmente, uma mais-valia teórica da obra – no contributo da psicologia do conhecimento e das neurociências para a definição de um dualismo particular entre facto e ficção, adaptado a novas formas de sentir e perceber o mundo: é porque os mundos de ficção existem que necessariamente têm fronteiras; é porque nos sentimos atraídos por eles, pelas suas personagens, que somos impelidos a jogar com as suas fronteiras – conclui-se nas últimas páginas deste primeiro momento do volume.

A passagem lógica para o segundo grande momento – “Cultures et croyances”/ “Culturas e crenças” – está comprometida com uma ontologia da ficção que se defende desde o início (a ficção modeliza as crenças), no quadro dos objetivos de uma obra-síntese que projeta, questiona e desenvolve reflexões anteriores sobre a *matéria* da ficção: a autora pretende, agora, abordar os limites da ficção, sob os ângulos cultural, jurídico, pragmático e cognitivo. “Y a-t-il des cultures sans fiction? »/ « Existem culturas sem ficção ?” (p.179): é a partir desta questão que Françoise Lavocat propõe, ao longo dos cinco capítulos que constituem a Parte II, uma abordagem diacrónica da noção de ficção, num confronto constante entre o sistema de crenças Ocidental e o Orien-

tal. De Aristóteles, do *Genji monogatari* – romance japonês do ano mil –, de Jean-Pierre Camus, de Calderón de la Barca, aos jogos de vídeo e à trilogia *Matrix*, do século XXI, a autora observa as relações do real, do ficcional e do virtual, com a religião, a filosofia, os mitos, as doutrinas jurídicas. Propõe-se, desse modo singular, avaliar o percurso complexo de imposição (identificação, empatia) de uma “cultura ficcional” no universo romanesco, teatral, cinematográfico e virtual, ao longo dos tempos e das civilizações. Não se escamoteia, assim, na obra, a questão da complexidade da relação entre a ficção e o virtual, a interatividade permitida pelos jogos de vídeo, que eventualmente os afasta da ficção, sustentando a autonomia da *poiesis* e da *praxis*. Ainda assim, a lógica pragmática do texto não inviabiliza a interrogação sobre a possibilidade ontológica de existência de uma fronteira entre facto e ficção, numa era da “pós-ficção” (Masachi Osawa, 1996). Tende-se, nessa sequência, a equacionar os limites dessa fronteira, nos diferentes sistemas de crenças, recorrendo ao diálogo com outros teóricos, e defendendo, de forma contundente, a pertinência da questão da personagem (Cap. V: “Personne personnage”/“Pessoa personagem”): o lugar da personagem é, de facto, o traço mais expressivo da versatilidade da teoria literária e da sua incapacidade de assegurar resultados estáveis e partilhados. A autora sublinha, com leituras sucessivas realizadas, como, desde

o anúncio da morte da personagem, pelo grupo *Tel Quel*, ou da mudança de paradigma introduzida, na crítica francesa, por Pavel e Schaeffer (Mr Picwick e Lara Croft), a questão do estatuto da personagem e as fronteiras entre facto e ficção estão intimamente associados. Nessa medida, parece-lhe essencial, para fechar esta Parte II e entrar numa dinâmica de síntese, examinar, à luz da psicologia e das neurociências, a nova relação construída, no século XXI, entre o leitor, o espetador (tornado parte ativa nos jogos de vídeo) e a personagem de ficção. No âmbito da emergência de uma cultura da empatia (Waal, 2010), Lavocat não deixa de mostrar como a ficção é benéfica para a sociedade e, do ponto de vista da perspectiva cognitiva, também o é a “ressurreição” da personagem. Trata-se seguramente de um dos momentos de reflexão mais originais de *Fait et fiction*; mas, também, um dos seus espaços mais permeáveis à crítica.

Entende-se, por conseguinte, que a última parte do volume – “D’un monde l’autre”/“De um mundo para o outro” – proponha uma abordagem ontológica das fronteiras entre facto e ficção, uma vez admitido o princípio de que a ideia de ficção, no momento histórico atual, é indissociável de uma ontologia essencial perspectivada já, em trabalhos anteriores da autora, a partir da noção de imaginário dos mundos possíveis. Como se sublinha nas páginas iniciais deste último momento de reflexão, a teoria dos mundos possíveis, definida,

inicialmente, no modelo semântico de Saul Kripke (1963), confronta-se, ao longo do tempo, com a heterogeneidade e pluralidade ontológica da ficção, a sobrevivência multimodal das fronteiras entre facto e ficção, o seu carácter, por vezes, alternativo, o desejo de transgredir esses limites. Desse modo, o movimento “de um mundo para o outro” não é alheio a contradições, como fica demonstrado nos capítulos II e III (“Mundos possíveis impossíveis”; “Fronteiras da ficção na ficção”), sendo certo que os paradoxos da ficção não impedem que seja considerada como um mundo, como um mundo *específico*. Na sequência de estudos desenvolvidos no quadro da atual teoria da narrativa francófona (Marie-Laure Ryan (2010), Richard Saint-Gelais (2011), entre outros), Françoise Lavocat explora o modo pelo qual a ficção assume essa especificidade, ao integrar, no seu “mundo real dentro da ficção”, um mundo segundo – o da “ficção dentro da ficção” –, podendo essa operação ser levada ao extremo quando se trata de obras transficcionais, integradas no universo da cibercultura. Afigura-se, então, necessário – e é este um dos momentos mais originais e, porventura, mais polémicos da obra – avaliar os paradoxos dos mundos de ficção, os fatores que minam ou que, ao invés, participam na sua construção, os modos aporéticos como as personagens, projetadas numa diegese ficcional (romance, filme, jogos de vídeo), podem (ou não) ser dececionadas por um universo des-

ligado das sensações reais (“os mundos possíveis impossíveis”).

Para essa avaliação final – e para regressar, de modo outro, à questão das fronteiras entre facto e ficção –, a autora convoca a figura fundacional da metalepse, à qual dedica expressivamente o último capítulo (capítulo IV: “Fronteiras da ficção e metalepse”). Partindo de Gérard Genette (*Figures III*) e evocando o volume recente dirigido por John Pier e Jean-Marie Schaeffer (*Métalepses. Entorses au pacte de la représentation*, 2005), Lavocat defende que o interesse pelas fronteiras da ficção se deve, em larga medida, ao aparecimento, no discurso crítico, com Genette, da noção de metalepse, para acentuar, no âmbito dos paradoxos ontológicos enunciados, a necessidade de restringir a sua utilização a uma aceção “intraficcional” (ao invés de Jean Bessière, Brian McHale ou Yves Citton). Assim, se os elementos teóricos sobre a ficcionalidade, integrados em numerosas ficções, colocam sobretudo problemas ontológicos que solicitam implícita resolução, o fenómeno da metalepse (e a *Rosa Púrpura do Cairo*, de Woddy Allen, é convocada, *et pour cause*, sistematicamente) cristaliza a reflexão contemporânea sobre as fronteiras da ficção. Dito de outro modo, a metalepse marca a passagem entre dois níveis ontológicos *representados* e funciona em níveis de transgressão diversos; o prazer que o mecanismo metaléptico suscita decorre, segundo a autora, do fascínio de se pretender,

frequentemente, ver transgredida uma fronteira que, na realidade, o não é. Nesse sentido – e daí o desafio crítico lançado por este último capítulo –, conclui-se que metalepse não existe a não ser como ficção. Por isso, defende-se (e através dela se defende) a existência da ficção, das suas fronteiras, e não o seu desaparecimento ou esbatimento.

É, então, nesta conclusão-síntese, decorrente da síntese global sobre as teorias da ficção desenvolvida, com sólido rigor, ao longo obra, que reside um dos trunfos teóricos primordiais de *Fait et fiction*, sendo certo que, não só o volume extenso de leituras representado, como a atualidade e diversidade do *corpus* ou, ainda, o âmbito interdisciplinar da reflexão, compensam, em larga medida, a hipotética fragilidade de uma ligação umbilical à narratologia francesa de que a autora não se desvincula na medida em que mostra, explicitamente, (re)conhecer a outros universos críticos. Apenas desse modo se consegue propor a substituição da questão “o que é a ficção” pela questão “onde está a ficção” – afinal a questão que motiva as reflexões e narrativas dos teóricos franceses, norte-americanos, japoneses, nos nossos dias; a questão que, porventura, decorre de uma original contaminação da teoria pela ficção.

Marta Teixeira Anacleto
FLUC/CLP

DOI: http://dx.doi.org/10.14195/2183-847X_6_24

MARIA JUDITE DE CARVALHO: PALAVRAS, TEMPO, PAISAGEM

Paula Morão, Cristina Almeida Ribeiro (orgs.)

V.N. Famalicão, Humus, 2015.

189 páginas, ISBN: 9789897551765

O volume, dedicado à obra de Maria Judite de Carvalho, reúne quinze breves ensaios que respondem, sem grandes derivações, à proposta temática do colóquio que lhe deu origem: *Palavras, Tempo, Paisagem*. Ao homenagear a autora (nos 50 anos de *As Palavras Pou-padas*), não houve a tentação laudatória mas sim, como é desejável, uma avaliação da obra a partir de perspetivas teóricas e interpretativas atuais.

Maria Judite Carvalho (1921-1998) é uma autora sempre mencionada mas pouco lida hoje, apesar da recanonização das escritas femininas; discreta, sem afrontar notoriamente os costumes, teve menor impacto na cena literária do que outras escritoras da sua geração. Não deixa por isso de ser uma voz expressiva no quadro da modernidade que foi a sua – a dos vibrantes anos 60, vividos num país conservador e cerceado na dinâmica cultural. Talvez por consciência aguda dessas limitações a sua ficção seja impregnada por uma certa negatividade melancólica, que se traduz em temas e figuras recorrentes, como o confinamento intelectual e afetivo da mulher burguesa.

A preferência pela forma breve (novela, conto, crónica) não retira grandeza literária à obra de MJC: pelo contrário, é um fator de coerência